

Resenha

O Casamento tradicional bantu e as Ciências Sociais

The traditional bantu marriage and the social sciences

 **Marianne da Silva Rocha¹**

¹Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: marianne.rocha@yahoo.com.br.

DOI: 10.1590/39027/2024.

FERNANDES, Rhuann. (2022), Casamento tradicional Bantu: o Lobolo no sul de Moçambique. 2a edição. Rio de Janeiro: Multifoco.

Resenha

Em “O casamento tradicional bantu: o *lobolo* no sul de Moçambique”, Rhuann Fernandes (2022) sustenta que a etnografia não se reduz a um método, sendo uma maneira de fazer teoria, e defende sua posição a partir de sua pesquisa de campo realizada em Moçambique durante o ano de 2018. Seu tema é o casamento, cujo objeto é o *lobolo* – um conjunto de rituais tradicionais de casamento, compartilhados por grupos heterogêneos da sociedade moçambicana, que é explorado a partir da distinção pela qual a presente resenha foi iniciada, pontuando a diferença entre etnografia e observação participante. Definindo o olhar e os ouvidos do antropólogo como “*atos cognitivos*” (Fernandes, 2022, p. 42), o autor chama de etnografia o esforço intelectual do pesquisador confrontado pelo impacto da experiência de campo com o seu conhecimento acumulado, produzindo significado a partir da interpretação do trabalho de campo. Se o antropólogo é um intérprete e não um tradutor, então ele produz teoria, um esquema explicativo de realidades específicas.

À exemplo de Malinowski, que foi capaz de pôr em tela dimensões linguísticas da comunidade humana no geral a partir do material colhido e produzido entre os trobriandeses, Goldman (2020) define que uma teoria etnográfica visa elaborar um modelo de compreensão de um objeto social qualquer, mesmo partindo de um contexto particular, que seja capaz de funcionar como uma matriz de inteligibilidade em situações mais amplas ou mesmo em outros contextos. Superando o paradoxo entre o geral e o particular, uma teoria etnográfica funciona “à moda do pensamento selvagem: emprega elementos muito concretos retirados no trabalho de campo – e por outros meios – a fim de articulá-los em proposições um pouco mais abstrata” (Goldman, 2020, p. 32)

Recebido em: 04/03/2024 | Aprovado em: 23/09/2024



Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

E quais são as contribuições dessa teoria? Principalmente, a contribuição “*está na possibilidade de detectar, de forma analítica, a eficácia social das ações das pessoas*” (Peirano, 2018, p. 11). O livro de Fernandes demonstra algumas características peculiares (se comparadas a outros trabalhos da área) para um trabalho antropológico, a começar pela organização do texto. Ao invés de uma descrição minuciosa do campo, o autor inicia sua explanação evidenciando seu marco teórico através de Alcinda Honwana e Marshall Sahlins, incorporando o conceito de tradição dinâmica. A seguir, ele apresenta sua revisão de literatura sobre o tema, incluindo Radcliffe Brown, Lévi Strauss e Junod, para finalmente introduzir a história de Moçambique a partir do século XIX, debatendo o período da ocupação colonial portuguesa e as diferentes fases do país no pós-independência. A última parte é uma descrição com fotos destacadas das cerimônias que ele acompanhou durante seus meses de permanência no país.

Moçambique é um país que se localiza na África Austral, fazendo fronteira com Tanzânia, Zimbábue e Zâmbia, habitado por povos de diferentes origens, sendo majoritariamente bantu, descendentes de portugueses e indianos. O *lobolo* está localizado no meio dessa confluência cultural, cuja principal função é estabelecer um vínculo harmônico entre a comunidade dos vivos e dos mortos, e acompanha a cerimônia de casamento através de trocas que envolvem bens materiais e dinheiro que são ofertados à família da noiva. Acredita-se que por meio desse ritual é realizado um pacto, gerando garantias para saúde, felicidade, longevidade e reprodução e o afastamento dos perigos à vida.

Fernandes (2022) acompanhou dois casamentos heterossexuais realizados em Maputo, capital moçambicana, e em Gaza, no interior do país. É importante frisar o lugar dos relatos, pois em suas letras aparecem muitas dicotomias tradicionais da sociologia que são exploradas de forma como quem propõe uma cartografia: tradicional-moderno, rural-urbano, religião-ceticismo, vida-morte, indivíduo-coletivo, masculino-feminino, natureza-cultura, civilização-selvageria. Ou seja, nesse trabalho o bifurcamento interpretativo não surge a partir da construção teórica de sentido da vida em sociedade, eles estruturam a visão dos indivíduos da sociedade e a maneira como eles mobilizam suas identidades.

Nesse sentido, o tradicional e o moderno surgem como a justificação para o acompanhamento do *lobolo* em localidades distintas, tendo em vista que seus interlocutores o classificavam nesses termos, estabelecendo uma régua sobre o mais e o menos “verdadeiro”, à medida em que viam a vida na cidade como uma corrupção das tradições.

O *lobolo*, vale ressaltar, além de ser o tema fundante da antropologia moçambicana, foi trabalhado por autores como Claude Lévi Strauss, em “As Estruturas elementares de parentesco”, e Alfred Radcliffe Brown, em “Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento”, como um dos principais contrapontos para o estudo das estruturas e instituições sociais que organizam a reprodução e as relações de gênero e parentesco nas sociedades ocidentais. Portanto, um objeto fundante da antropologia contemporânea como um todo.

Se, como sinalizou Beauvoir (2007, p. 184), a obra de Strauss desejava buscar a passagem da natureza para a cultura através de um debate ampliado sobre a proibição ao incesto, e “*é normal que a dobradiça entre natureza e cultura se encontre no terreno da vida sexual*”, contemporaneamente, a partir da análise de Fernandes (2022), o ritual do *lobolo* nos ajuda a pensar as elaborações culturais sobre a vida e a morte, mesmo que o sexo tenha sido deixado de lado. Mais que isso, reiteram o lugar dos clássicos no contemporâneo, inclusive para as reflexões de modernidade e modernização em seus sentidos gerais e específicos (com contornos nacionais).

O esforço para a ordenação de mundo em um sentido singular, promovido pela ação da colonizadora e, posteriormente, pela ação das próprias teorias que versam sobre desenvolvimento (e conseqüentemente sobre as condições do subdesenvolvimento) e da ação do Estado nesse mesmo sentido, fornece uma territorialidade rica para observação

da criatividade humana e seu fazer social. Em “O casamento tradicional bantu”, além de observarmos como o autor se propõe a uma teoria etnográfica, sugiro o enquadramento da obra como bom exemplo de uma sociologia histórica graças à sua bem sucedida exploração do debate.

Por quê? Em primeiro lugar, como já foi dito, o texto se propõe a superar a distinção entre teoria e empiria quando incorpora um entendimento de etnografia teórica, tal como Bourdieu e sua experiência etnometodológica na Argélia e sua consequente proposição do conceito de *habitus*, bem como Norbert Elias em sua sociologia processual e seu conceito de figuração. Fernandes (2022) observou como o *lobolo* era uma tradição altamente negociada por indivíduos que agiam conscientemente se referenciando tanto à tradição, quanto ao seu contexto particular vivido. Além disso, o autor brasileiro também percebeu como esse ritual possuía camadas diferentes de legitimidade, onde se encontram as macrorreligiões – o cristianismo e o islamismo – em meio às justificações pagãs de sua existência. Nesse sentido, questões estruturantes aparecem o tempo inteiro durante a redação do texto e são articuladas à agência das pessoas envolvidas.

Bourdieu (1990, p. 77) havia efetuado “*uma passagem da regra às estratégias*”, referenciando-se à dificuldade de operacionalizar o estruturalismo de Lévi Strauss, ao observar que o casamento entre os berberes era organizado através de certa regularidade, mas que isso não significava obediência às regras, onde a norma correspondia apenas a 1% dos casos. Norbert Elias (1995; 2001) – tanto em sua *Sociedade de Cortes* como em *Mozart*, em especial neste último – retrata como a experiência do músico pode ser utilizada como ilustração sobre o fato de que as estruturas, chamadas por ele de figuração, constroem os indivíduos, mas que são esses últimos agentes capazes de agir transformando as figurações.

Esse movimento só é possível de ser observado através da conjugação com recursos próprios da história, que localiza os sujeitos em um contexto em dada temporalidade – no caso de Fernandes (2022), o *lobolo* pós-colonial no sul de Moçambique –, em arranjo com determinadas instituições – o Estado e a organização do direito para o casamento civil, as religiões e seus entendimentos de matrimônio. Assim, o social aparece em sua complexidade como as tramas de cada família, de cada mulher e de cada homem em suas relações com as comunidades em que estão inseridos, com o mundo do trabalho e do dinheiro, tendo espaço para construção de um modelo inteligível mais interativo e verossímil, também chamado de campo por Bourdieu.

Compreendo que pelo menos dois aspectos devem ser considerados na defesa do enquadramento desse livro como uma sociologia histórica: (1) a temporalização – os novos e antigos, bem como sua relação analítica estabelecida com o objeto construído. Dessa maneira, tal temporalidade precisa servir como forma de historicizar categorias de análise e as próprias teorias; e (2) a utilização da teoria com foco em produzir explicações causais.

O trabalho de Fernandes, ao se propor como uma análise de um processo – as estratégias de incorporação e reinterpretação do *lobolo* à vida moderna dos indivíduos moçambicanos – e não de um evento em si – o ritual isoladamente em um contexto muito específico –, serve à interdisciplinaridade que é tão comum à área de estudos africanos.

O inter e o multidisciplinar nesse campo temático têm uma organização marcada por certa assimetria. Em primeiro lugar, porque a antropologia sobre África impactou a disciplina como um todo, pois grande parte da teoria antropológica foi desenvolvida a partir dos resultados da pesquisa de campo neste continente. Essa relação não foi verdadeira nas outras áreas das Ciências Sociais ou da História. Segundamente, uma parte significativa da antropologia africanista tem desrespeitado as fronteiras convencionais das disciplinas, exercendo influência sobre as pesquisas de economia, sociologia, história e ciência política feitas no continente africano (Trajano Filho, 2014).

Esse fato nos leva a uma segunda pergunta: para quê considerar esse texto dentro da sociologia histórica? A literatura sobre o continente africano possui um potencial subexplorado

e, portanto, ainda capaz de contribuir com o desenvolvimento das ciências humanas como um todo, para além de caixinhas temáticas e com a formação de novos pesquisadores graças à criatividade empregada pelos especialistas no desenvolvimento de suas pesquisas.

E para quem? Um livro como o de Fernandes (2022) encabeça diversas temáticas que são transversais ao tema do matrimônio, como (1) a política, o (2) gênero e o (3) parentesco. O autor foca sua observação na dinâmica do funcionamento do *lobolo* em espaços do rural e do urbano, assim como suas diferenças conforme elas são anunciadas por seus interlocutores e pela comunidade analisada, bem como o aspecto religioso da tradição. O primeiro, a política, esclarecendo ao leitor que as ditas tradições africanas se tornaram uma espécie de inimigo do projeto nacional encabeçado pela Frelimo. Nesse sentido, o ato de *lobolar* uma mulher não era reconhecido civilmente e foi alvo de propaganda negativa pelos órgãos de transmissão do governo e transformado em um ato selvagem de prostituição africana e, conseqüentemente, de degradação da mulher, o que esbarra na segunda temática.

Fernandes (2022) responde a essas interpretações e a outras, como as de Junod, que encarou esse ritual como ato de compra de casamento e o entendimento de que a mulher é uma propriedade coletiva (não uma escrava); e de Radcliffe-Brown que o entendeu como uma troca de serviços entre duas famílias pertencentes a clãs distintos. Isto é, em troca da perda de sua capacidade reprodutiva, uma família é compensada com bens; estes bens serviriam aos irmãos da noiva que os utilizarão na troca por uma nova esposa. O último critério é considerado por Lévi Strauss, diz Fernandes, para descaracterizar o *lobolo* como ato de compra, já que os objetos de troca não são acumulados e possuem um destino específico.

Como uma tradição que acontece há pelo menos 100 anos, várias transformações ocorreram. Se antes (até o período da ocupação colonial) eram mais comuns pedidos de enxadas e cabeças de gado pelos familiares da noiva (que conduzem a cerimônia idealmente), depois houve a entrada do dinheiro, que contribuiu mais com a individualização da cerimônia; de outros bens manufaturados, como tecidos e roupas no geral; e bebidas, que acompanharam a dimensão simbólica da troca, fortalecendo o argumento de que não havia um mercado de mulheres nesse contexto.

Fernandes (2022), infelizmente, escolheu não fornecer um debate mais aprofundado sobre os significados do ser homem e mulher na sociedade moçambicana e no interior dessa cerimônia, que tem uma base religiosa sincrética. A escolha foi focar em como cristãos e muçulmanos admitem a existência do mundo espiritual dos antepassados e percebem seus próprios rituais, contemporaneamente, como uma dentre as três etapas existentes: o casamento civil, o religioso e o *lobolo* em si mesmo.

O autor se apropria do entendimento desse tipo de casamento como uma gramática, "*um velho idioma para novas vivências conjugais*" (Fernandes, 2022, p. 90), que funciona como um instrumento para superação de problemas de origem espiritual através da busca pela harmonia social, compreendendo uma extensão entre o mundo dos vivos e dos mortos ou dos antepassados. Os envolvidos, assim, fortalecem suas redes de parentesco, formando a identidade social que perpassa os lugares e performances de gênero, que, por sua vez, precisariam ser mais bem trabalhadas nesse texto.

A partir disso, várias perguntas podem ser feitas pelo desdobramento da dinâmica de vida das pessoas e do próprio desenvolvimento processual desse ritual, do ponto de vista do empírico e do teórico, complexificando os modos de fazer as Ciências Sociais brasileiras.

Bibliografia

- BEAUVOIR, Simone de. (2007), "As estruturas elementares do parentesco, de Claude Lévi-Strauss". *Campos-Revista de Antropologia*, 8, 1:183-189.
- BOURDIEU, Pierre. (1990), *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense.

- ELIAS, Norbert. (1995), *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- ELIAS, Norbert. (2001), *A sociedade da corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- FERNANDES, Rhuann. (2022), *Casamento tradicional Bantu: o Lobolo no sul de Moçambique*. 2a edição. Rio de Janeiro: Multifoco.
- GOLDMAN, Marcio. (2020), *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. São Paulo, Ponteio Edições.
- PEIRANO, Mariza. (2018), "A eterna juventude da antropologia: etnografia e teoria vivida", in R. Guber; C. Eckert; M. Jimeno; E. Krotz. (org.), *Trabajo de campo en América Latina. Experiencias antropológicas regionales en etnografía*. Buenos Aires, Sb editorial.
- TRAJANO FILHO, Wilson. (2014), "Estudos africanos: as experiências com a interdisciplinaridade". *O Público e o Privado*, 12, 23:21-38.